

Capítulo 1

Ideias vivas: os lugares, o movimento e os protagonistas do pensamento económico

JOSÉ REIS, VÍTOR NEVES E ANA COSTA

Introdução

Como é que podemos considerar a Economia enquanto disciplina? Como «uma forma de *expertise* verdadeiramente generalista, definida por técnicas e processos epistemológicos próprios, mais do que pelas suas crenças acerca do modo como o mundo funciona» (Fourcade, 2018: 6), «um conhecimento centrado nos instrumentos, relativamente insensível às variações históricas e geográficas» (Fourcade, 2006: 160)? Ou, pelo contrário, como um universo composto por diversos campos não convergentes, com massas e velocidades diferentes?

Neste texto, adota-se a segunda hipótese. Os campos que é possível identificar correspondem, na verdade, a diferentes modos de formular o «problema económico» que, por isso, disputam a interpretação da vida coletiva e das formas de organização social e política. Tal disputa não é o resultado provisório de maiores ou menores capacidades para obter uma interpretação ou chegar a conclusões, mas, sim, de diferentes conceções. São ontologias e epistemologias diversas. Quer dizer, são modos distintos, próprios, de encarar a realidade, isto é, a vida material, as interações e as instituições, e noções igualmente conflituais acerca do conhecimento e dos seus fundamentos.

As ideias formam-se e circulam. São institucionalmente situadas, têm «lugares» onde se geram, em resposta a problemas que os mesmos suscitam. E circulam entre comunidades epistémicas, difundem-se no plano internacional e influenciam a vida quotidiana e os comportamentos comuns. Mas mesmo esta circulação é situada e guia-se pela pertença a comunidades. Não ocorre necessariamente num chão plano. Por múltiplas razões, os saberes

económicos são particularmente relevantes na nossa contemporaneidade e constituem um bom caso de estudo não apenas das questões anteriores, mas também da forma como, em tempos relativamente recentes, se transformou a sua produção e circulação. E como de um quadro em que os vínculos a problemas histórica e geograficamente precisos eram a determinação essencial se passou para um outro em que se tornou mais forte a pressão para a sujeição a noções e instrumentos genéricos, abstratos, resultantes de uma forma redutora de representar o problema económico e, na verdade, de o «governar».

Neste capítulo, tratamos de discutir a Economia como ramo do conhecimento e de refletir sobre a circulação internacional das ideias económicas. Neste último plano, queremos analisar a hipótese da coexistência de um crescente isomorfismo com a persistência de mecanismos que produzem diversidade, que justificam o pluralismo. Defenderemos que é o peso da realidade substantiva, onde se realça a complexidade e a diversidade da vida, e as dinâmicas próprias das ideias, através do que vamos chamar «afinidades eletivas», que ajudam a compreender porque há uma resistência à homogeneização. As «afinidades eletivas» são escolhas intelectuais dentro dos campos estabelecidos no universo plural das ideias económicas através das quais se adere a formas de representar a realidade e o problema económico e aos conceitos aí presentes.

Portugal é, para esta finalidade, importante. Por isso, discutiremos como, ao contrário de uma ideia comum, mas errada, persiste uma diversidade de modos de encarar a Economia e o sistema económico e como, embora sob influências poderosas, isso reflete não só o debate dos dias de hoje como uma matriz de formas de pensamento cujo mapa é possível reconstituir identificando problemas e protagonistas que são do nosso tempo. Também neste plano podemos procurar compreender porque é que, em várias aceções da expressão, Portugal é uma «periferia persistente». A complexidade da vida material de uma sociedade de características intermédias (nem central nem periférica), a sua consolidação como periferia europeia e o facto de ter sempre desempenhado «funções de intermediação»¹ relativamente aos países centrais mostram essa persistência de modos de desenvolvimento e organização muito próprios. Ora, isso não está desligado de uma também continuada pressão intelectual para refletir tal materialidade nas formas de pensar a Economia e de a conceber como campo científico. E assim tem sido.

¹ Referimo-nos ao modo como, pela emigração, se liga aos mercados de trabalho de outros países, como, pela importação de bens, lhes oferece a ampliação dos seus mercados de bens e como, pelo endividamento, lhes possibilita a reciclagem de excedentes financeiros (Reis, 2018: 74–76).

1. As ideias económicas: um universo plural composto por diversos campos

Assumimos então que

há um «universo» das ideias económicas formado por uma pluralidade de «campos epistemológicos» autónomos, conflituais e não convergentes, em que alguns privilegiam a análise da vida material, histórica e geograficamente situada, enquanto outros são insensíveis ao tempo e ao espaço, sendo também portadores de uma normatividade autossuficiente. (Reis, 2019: 33)

Tal universo é hierárquico, assenta em poderes diferentes e, por isso, comporta diferentes capacidades de influência. Tem centros e periferias. Mas também podemos dizer que tem vários centros e várias periferias, pois a resistência à homogeneização e à integração hierárquica é persistente. É possível, por isso, encontrar vários campos estruturados. Esses campos são autónomos, conflituais e não convergentes. Não se distinguem pelo maior ou menor grau de complexidade e de aproximação ao que pretendem representar, mas, sim, pela forma como o concebem, isto é, pelo modo como formulam a economia e o problema económico. Foi Pierre Bourdieu (1981) quem deu um sentido preciso à noção de campo enquanto espaço de validação e legitimação da ação e da representação. Com o acréscimo de que, neste caso, à condição, já de si poderosa, de espaço simbólico se tem de juntar a de espaço material, onde se criam *habitus*.

A teoria neoclássica — ou, para sermos mais rigorosos, os princípios em que tal teoria se funda — tornou-se o que podemos designar, por facilidade, o núcleo canónico da Economia. É, sem dúvida, um dos seus centros. E até o mais poderoso. O que melhor a caracteriza é a limitação da economia e das interações económicas ao jogo das transações individuais e da sua determinação por critérios de racionalidade maximizadores de utilidades singulares, que assim estabelecem equilíbrios. Individualismo, racionalidade formal e otimização — eis as palavras-chave desta abordagem. Essas interações, por si mesmas, constituem e definem integralmente os mercados. A economia e a sociedade, quando não são consideradas exógenas, são representáveis apenas enquanto mercados. Uma das características da economia neoclássica é a sua autossuficiência e, dizem alguns (em aceções muito diferentes, Stigler, 1984, por um lado, Fine, 2000, por outro, e Coase, 1978, ainda por outro), o seu imperialismo. Autossuficiência, porque o quadro conceptual e analítico

que estabelece lhe permite, no seu entender, explicar inteiramente o que se passa, rejeitando para o campo do não económico ou da irracionalidade o que não caiba em tal explicação. Imperialista, porque considera que todas as interações entre indivíduos, mesmo as que são de outras esferas da vida, são legíveis através daquela interpretação.²

Evidentemente que este corpo canónico tão irreal tem sido objeto de «afinações», como as que resultam da introdução de hipóteses de concorrência imperfeita, de informação assimétrica ou de racionalidade limitada. Mas acontece que o núcleo conceptual fundamental subsiste e, no essencial, ele considera que os aspetos coletivos da vida podem ser vistos como agregações das ações individuais. A sua metodologia é radicalmente individualista. Mas isto não quer dizer que os seus cultores não reconheçam desde há muito que, para os modelos terem alguma relação com a realidade, é preciso configurar as sociedades segundo tais visões. Por isso, uma das suas evoluções mais recentes é a que consiste num grande ativismo teórico e político no sentido de que as instituições sejam compatíveis e facilitadoras das interações individuais e da lógica individualista. Nisto consiste o que se tem chamado neoliberalismo, ou seja, o conjunto de prescrições políticas que se vieram juntar à síntese neoclássica, cooptando o Estado, isto é, para que a ação pública, em vez de ser a esfera do interesse coletivo e dos valores que se querem comuns, seja o lugar da configuração da sociedade e da economia segundo os interesses dos poderosos e da circulação de capital (Rodrigues, 2022).

A pluralidade e a diversidade do universo da Economia reconstituem-se quando se identificam as grandes linhas de rutura. Elas são interpretativas, conceituais e fundam-se em diferentes raízes ontológicas (Dow, 2019). Apenas a título ilustrativo, observem-se três campos: o keynesiano e pós-keynesiano, o institucionalista e o da teoria da regulação. É isto que leva a que, na síntese de várias intuições, possamos falar de Economia Política.

² O melhor exemplo é a obra de Gary Becker, laureado com o Prémio Nobel da Economia (na realidade, o Prémio do Banco da Suécia para as Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel). Por exemplo: Gary Becker (1968), acerca da abordagem económica do crime, Gary Becker (1991), acerca da família, Gary Becker (1996) sobre os gostos e, em geral, Gary Becker (1976). Para uma apreciação mais ampla, cf. Uskali Mäki (2009).

No mesmo sentido se podem considerar as análises económicas da democracia de Anthony Downs (1957), James Buchanan e Gordon Tullock (1999 [1962]) ou Mancur Olson (1965).

De acordo com Ralph William Souter: «A salvação da Ciência Económica no século xx reside num “imperialismo económico” esclarecido e democrático que invade o território dos seus vizinhos, não para os escravizar ou para os engolir, mas para os ajudar e enriquecê-los e promover o seu crescimento autónomo no próprio processo de ajuda e enriquecimento» (Souter, 1933: 94).

No primeiro destes campos, assume-se o argumento originário de Keynes de que a procura efetiva é o determinante principal das dinâmicas económicas, rejeita-se o individualismo próprio da economia *mainstream* e valoriza-se a incerteza e a conflitualidade social. Isto conduz a uma análise dos comportamentos humanos baseada nas convenções incrustadas em contextos institucionais específicos. São as interações sociais que dão lugar a diferentes regimes macroeconómicos.³ Encontramo-nos, pois, perante o essencial da visão keynesiana: a ideia de que há, por norma, desequilíbrios — desemprego, desde logo, mas também quanto à oferta de moeda e de crédito, ou à oferta de bens e serviços. Daí resulta uma segunda distinção: os desequilíbrios não só não legitimam os pressupostos acerca da ação individual como justificam a consideração da esfera pública. As políticas públicas fazem parte do problema económico e da representação da economia. Por isso, a perspectiva pós-keynesiana insiste nas questões estruturais da sociedade e das decisões económicas e trata da distribuição do rendimento e de problemas com a formação da procura agregada e insiste, sobretudo, na ideia de que as decisões económicas são tomadas em contexto de incerteza radical. O problema económico tem, por tudo isto, de ser representado em estreita relação com o social e o político, com as instituições e com o Estado.⁴

As abordagens institucionalistas, por sua vez, contrapõem as instituições ao pressuposto individualista, afirmando que elas contam na vida material. Mas fazem-no de dois modos diferentes. O que se tornou dominante e quase canónico é a ideia de que as «instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são os constrangimentos humanamente concebidos que moldam a interação humana. Em consequência, estruturam incentivos no intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou económicos» (North, 1990: 3). Mas uma velha tradição institucionalista, firmada ainda em finais do século XIX e confirmada no primeiro quartel do século XX, é a que supõe que as instituições

são princípios de ação subjacentes ao atual esquema de vida económica e, como tal, enquanto motivos práticos de conduta, não devem ser postos em

³ É esta a forma como a Post-Keynesian Economics Society se apresenta em: <https://www.postkeynesian.net/post-keynesian-economics>.

⁴ Não vem agora ao caso discutir-se a questão levantada pela «síntese neoclássica» quando quis compatibilizar a sua microeconomia (equilíbrio, racionalidade e otimização) com a macroeconomia keynesiana, tendo em vista os desequilíbrios e as crises que atingiam as sociedades. Nem vem também ao caso referir os chamados novos keynesianos, que assumiram os pressupostos microeconómicos da fricção, rigidez ou assimetria de informação.

causa sem questionar a lei e a ordem existentes. Como é óbvio, os homens ordenam as suas vidas por estes princípios e, na prática, não questionam a sua estabilidade e finalidade. (Veblen, 1909: 626)

Quer dizer, em lugar de instituições que são entidades exteriores que configuram a ação dos indivíduos e as tornam mais previsíveis e seguras, temos a noção de que elas são parte da ação coletiva, da conflitualidade e da ordem, sendo, portanto, um elemento central de cada forma de organização social.

A teoria da regulação partilha o pressuposto de que à ideia de equilíbrio se contrapõe a de incerteza, instabilidade e crise, nisto consistindo a noção de que as economias são necessariamente objeto de «regulação»: «o estudo das crises estruturais de regimes socioeconómicos anteriormente bem-sucedidos é o complemento necessário para a análise do seu aparecimento e amadurecimento» (Boyer, 2017: 382).

A teoria da regulação constitui uma já longa tradição intelectual, conceptual e analítica. Encontramos aí um autor e um livro fundador: Michel Aglietta (1976), *Régulation et Crises du Capitalisme*. Encontramos uma instituição: o CEPREMAP.⁵ E encontramos um autor central, Robert Boyer, desde *Accumulation, Inflation, Crises* (Boyer e Mistral, 1978), até *Économie Politique des Capitalismes: théorie de la régulation et des crises* (Boyer, 2015). Mais recentemente, um outro livro, dirigido por Aglietta e destinado a pensar «os tempos das ruturas» sob o capitalismo, lembra-nos como uma boa compreensão da história continua a dar-nos «os ensinamentos [que] rejeitam categoricamente a noção de economia pura» (Aglietta, 2019: 20).

Esta é, pois, uma aproximação que trata tanto dos modos de regulação do capitalismo, isto é, das formas de estabilização e evolução das suas lógicas, quanto da desestabilização, quer dizer, das convulsões que recorrentemente afetam este sistema. Por isso, a teoria da regulação dá conta, simultaneamente, dos fatores que asseguram a existência de um modo de regulação e de um regime de acumulação e daqueles que contribuem para a sua

⁵ O Centre d'Études Prospectives d'Économie Mathématique Appliquées à la Planification, fundado em 1967, inicialmente ligado à administração pública e, em especial, ao Comissariado do Plano, integrou várias unidades de investigação e foi a sede principal daquela que ficaria conhecida como a Escola Francesa da Regulação. Em 2005, foi designado Centre pour la Recherche Économique et ses Applications, conservando a sigla CEPREMAP, e é uma associação sob tutela do Ministério da Investigação, integrada no laboratório Paris-Jourdan Sciences Economiques.

desestabilização (Boyer, 2015: 80). A ideia essencial consiste no facto de se pensar que «o crescimento não é o resultado garantido da aplicação do progresso técnico, mas a expressão da coerência de um conjunto de formas institucionais» (2015: 81). Por isso, procura-se responder à questão da viabilidade e da variabilidade do capitalismo: «Face à multiplicidade das formas institucionais que estão no centro da economia capitalista, quais são os mecanismos suscetíveis de lhe assegurar coerência e viabilidade durante algum tempo?» (2015: 33). Esta é a questão central da teoria da regulação, para a qual se assume «uma propriedade geral»: «o próprio sucesso de um modo de desenvolvimento suscita uma série de transformações estruturais que acabam por o desestabilizar» (2015: 89).

O que subjaz a estas perspetivas é a visão do mundo e a realidade ontológica que lhes interessa. Desde logo, todas elas supõem que o económico não é separável do social e do político e, portanto, da história. Há questões de organização coletiva que são tão constituintes do sistema económico como as interações individuais. E o indivíduo não é idealizável como uma entidade perfeita, completa e autossuficiente. A rejeição da microeconomia neoclássica e do pressuposto de que os fundamentos da macroeconomia são microeconómicos é, portanto, o primeiro passo dado por estas formas de pensar a realidade.

Ao apontar-se a pluralidade e a diversidade do universo da Economia e ao identificarem-se as grandes linhas de rutura entre a abordagem dominante e os demais campos onde se inscreve uma abordagem própria da Economia abre-se espaço para o que podemos designar por «Economia Política» e que entendemos como «o domínio científico que se dedica à análise dos processos e resultados económicos nos contextos institucionais, históricos e geográficos respetivos, entendendo os fenómenos económicos como sendo eminentemente configurados por fatores de ordem social, política, jurídica, cultural, tecnológica e ecológica». ⁶ É este, aliás, o espaço de discussão que reconhecemos como próprio deste livro.

2. Do isomorfismo às «afinidades eletivas»

Uma das formas de entender a difusão e consolidação do conhecimento é supor que este resulta da descoberta ou da acumulação progressiva de saberes unívocos, indiscutíveis e alheios a qualquer controvérsia por serem científicos.

⁶ Esta é a definição contida na declaração de princípios da Associação Portuguesa de Economia Política, disponível em: <https://www.economiapolitica.pt/sobre>.

Nesse sentido, as diferentes comunidades participantes desse saber contribuem e convergem para um mesmo campo de conhecimento, sendo parte integrante dele. Quando isso não acontece é porque estamos perante atitudes recalcitrantes. A ideia de cientificidade da Economia é tributária desta ideia e assenta na convicção de que a formação e circulação de ideias é isomórfica. Uma vez formado o núcleo mais avançado do conhecimento económico, ele difunde-se, circula entre comunidades e é adotado por todas, visto que corresponde à melhor sabedoria possível.

Esta posição está amplamente presente no conhecimento económico e, no fundo, é a que a visão canónica perfilha e reclama. As citações de Marion Fourcade feitas na Introdução deste capítulo pressupõem que é esta a perspetiva que importa analisar, visto que a Economia seria essencialmente um conhecimento instrumental, em que o mundo e as diferentes realidades substantivas pouco interfeririam.

As hipóteses isomórficas são, contudo, pouco razoáveis se tomarmos em conta a presença de múltiplas formas de entender o económico e de estabelecer o núcleo essencial de conhecimentos que o representam. Afinal, é sobre a sociedade, isto é, sobre os espaços da vida, que a Economia deve incidir. E eles são radicalmente diversos, contingentes e incertos. Aquelas hipóteses são ainda muito menos razoáveis se tomarmos em consideração as indistarcáveis controvérsias que perpassam pela Economia, quer em momentos de afluência, quer sobretudo em momentos de turbulência, quando há crises ou quando está em causa tomar decisões essenciais sobre o caminho que uma sociedade deve tomar.⁷ Isso começa, como já vimos, na definição do próprio objeto da Economia. Foi o que se procurou deixar claro na secção anterior, quando tratámos do universo das ideias económicas composto por vários campos. Por isso, colocamos aqui uma hipótese rival das anteriores: a circulação de ideias faz-se através de afinidades eletivas. Visto que o universo tem vários campos, «as afinidades eletivas correspondem, portanto, e em primeiro lugar, a uma “escolha” relacional entre várias escolhas possíveis» (Reis, 2019: 34). O que permite estabelecer a ideia de afinidades eletivas é, evidentemente, o desenho do universo da Economia como conjunto de campos. Se o universo correspondesse a um único campo, a questão não se colocava.

⁷ Foi, quanto a este último caso, o que aconteceu em Portugal no pós-25 de Abril (questão que se trata noutra secção deste livro). E, quanto às crises, basta lembrar todos os debates sobre a natureza da crise da década de 2010.

Ao observarmos a história, torna-se claro que estivemos frequentemente perante diversos campos com tradições, opções epistemológicas e maneiras de formular o problema económico muito diversas. Hoje mesmo, apesar da presença de um campo dominante dotado de grande poder académico, institucional e comunicacional, isso também acontece. Perante isto, quais são as condições que conduzem a uma opção, à formulação de uma afinidade? Quais serão os termos substantivos que levam a isso?

Não considerando uma eventual hipótese «eclectica», segundo a qual um determinado problema justifica uma determinada aproximação, enquanto um outro, diferente, justifica outra (o que nalguns casos até fará sentido), a nossa perspetiva privilegia o pressuposto de que as escolhas são epistemológica e ontologicamente determinadas. A conceção sobre o mundo⁸ e sobre o conhecimento e a sua validade (o que é o económico e como se compreende o económico) e as dimensões da vida que se pretendem estudar, designadamente quando estas são entendidas de forma plural e complexa, constituem o ponto de partida para a escolha de um campo e não de outro. Quer dizer, é a representação que se assume da realidade substantiva e da sua apropriação sob a forma de conhecimento que é essencial. Esta é uma razão de primeira ordem. Se a economia é o campo da vida material onde se conjugam interações de pessoas concretas, histórica, geográfica, política e socialmente situadas, que agem com motivações complexas e diversas e supõem um contexto institucional e de poder precisos, eles próprios construídos, então não será possível isolar das restantes razões uma suposta racionalidade económica maximizadora de uma qualquer função objetivo, nem assumir a suficiência da informação que cada ator dispõe nem deduzir a partir dos interesses individuais um quadro estabilizado pelos equilíbrios a que, desse modo, necessariamente se chega. A inserção da economia no tempo e no espaço que lhe são próprios, as circunstâncias que transcendem o individual, o jogo de relações dos indivíduos e das suas culturas com as relações de que são parte — e que consolidam ou alteram instituições —, os resultados que daí derivam, expressos em continuidades ou ruturas, equilíbrios ou desequilíbrios, assim como as finalidades que se podem atribuir à ação coletiva, tudo isto é que determinará as afinidades de quem dê valor a todas estas dimensões. Inversamente, quem pense que o económico se destaca do resto e ache que as razões essenciais estão na esfera singular de cada um, quem assuma que, não obstante,

⁸ *The way the world works*, de que fala Uskali Mäki (2001).

há princípios universais que unificam essas esferas e que eles são a chave de soluções estáveis terá outras afinidades.

Ainda assim, surgirão razões de segunda ordem que encaminharão as escolhas. Elas têm que ver com as circunstâncias histórico-espaciais concretas dos problemas económicos, designadamente dos emergentes. O mundo estrutura-se em centros, periferias e semiperiferias. E segundo culturas e contextos institucionais muito diversos. E é confrontado com problemas novos e, até dado momento, insuspeitos. Ora, esta materialidade diferenciada no espaço e no tempo é certamente um dado relevante nas escolhas, na definição das afinidades eletivas. E a razão para isso é que cada circunstância desencadeia um tipo específico de problema económico.

Tal escolha pode ter diferentes razões: pode ser uma adesão liminar, estabelecida, à partida, a um campo emergente ou institucionalizado ou pode ser uma migração de um campo prévio; pode ser uma escolha num quadro de poder e assimilação; pode ser uma ação comandada por opções de divergência e dissensão relativamente ao campo dominante e determinada pela consciência da existência e da reprodução de um quadro plural e pluralista; pode ser, finalmente, o resultado de um processo de socialização e determinação contextual.

Vejam agora que critérios podemos usar para perceber a construção de afinidades eletivas. O primeiro deverá ser o da formulação do problema e da delimitação do que é económico. O segundo é o da finalidade do processo ou da ação económica. E o terceiro consiste no uso que se pretende atribuir ao conhecimento alcançado.

Mesmo quando se assume que qualquer matéria que se pretenda estudar na economia será sempre relacional e complexa, ela pode ser delimitada de várias maneiras. Por exemplo, como questão que ocorre no campo da racionalidade, das subjetividades, das preferências e dos interesses individuais ou como algo que tem uma incrustação em dimensões que estão para lá do indivíduo, sem o excluir.

Defendemos que o universo das ideias económicas é composto por vários campos autónomos, conflituais e não convergentes, que representam epistemologias e ontologias diversas. A estes campos correspondem formas diferentes de representar e formular o problema económico e de o determinar. Podemos entender estes campos de ideias como incomensuráveis e incomparáveis (Chang, 1997; Richardson, 1997; Costa, 2008). A perspetiva segue de perto a análise de Clift (2014), que se apropria de Kuhn (1970) e do seu conceito de «paradigmas científicos» para falar de «paradigmas de

política», conceito mais à frente explicitado. Tomar estes campos de ideias como incomensuráveis e incomparáveis não significa, porém, que não possam ser objeto de julgamento e de avaliação crítica, aspeto que também será alvo da nossa atenção.

3. Ideias económicas, hegemonia e políticas

Vejamos, então, como lidar com a hipótese de que um crescente isomorfismo coexiste com a persistência de mecanismos que produzem diversidade. Consideremos agora este objetivo por referência à relação entre ideias económicas, discursos e políticas. Trata-se de compreender como os vários campos que compõem o universo das ideias económicas, e se estruturam hierarquicamente, disputam a interpretação da vida coletiva e das formas de organização social e política. Isso supõe que se considerem os processos segundo os quais certos campos se tornam hegemónicos, mesmo que apenas provisória e parcialmente. Considera-se, pois, que a forma estruturante que se estabelece entre os vários campos de ideias económicas é a de uma *relação hegemónica limitada*.

Perante isto, a consideração da relação entre ideias económicas, discursos e políticas requer que se compreenda a circulação internacional de ideias económicas e que se fale de lugares e de movimento, mas também de protagonistas dos processos de produção de conhecimento económico. Estes protagonistas são quase sempre comunidades intelectuais, por contraponto a indivíduos, mas também, muitas vezes, atores políticos. Instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE), a Comissão Europeia (CE), os bancos centrais, ou diferentes jurisdições da administração pública têm sido recorrentemente interpretadas na literatura da economia política internacional e da economia política comparada como instâncias do movimento das ideias e do modo como as ideias influenciam a vida quotidiana (Blyth, 1997, 2011; Béland e Cox, 2011; Hay, 2011; Clift 2014, 2018). Emergem na confluência entre investigação económica e tomada de decisão política. Não se trata, porém, de conceber esta relação em termos de adesão direta a uma certa formulação do problema económico, a uma teoria ou a um modelo económico. Esta relação é complexa. Em primeiro lugar, a tomada de decisão política define-se tendo por referência diversas contingências, bem como a ação de diferentes forças sociais, económicas e políticas e interesses variados, que entre si estabelecem relações de concorrência, conflito, negociação ou cooperação. A referência a instituições como as acima mencionadas, mesmo que circunscritas aos seus departamentos

de investigação, requer que se reconheça que a mobilização de certos discursos e a adesão a certas políticas não se esgota na controvérsia teórica entre diferentes campos de ideias económicas. Em segundo lugar, as políticas são, elas próprias, também objeto de disputa, sendo-lhes atribuídos distintos significados, alcances e formas por diferentes campos de ideias e discursos económicos. Estes campos podem coexistir no seio das mesmas organizações como subculturas.

É por isso que, em diferentes lugares deste livro, quando se faz referência a processos de emergência, afirmação e consolidação, mas também de assimilação e de resistência, de jurisdições diversas, se mostra como para compreender estes processos é importante analisar o modo como estas jurisdições se vão distinguindo em termos de poder, recursos, léxicos, modos de credenciação, ou redes de colaboração com comunidades intelectuais diversas. Simultaneamente, a hegemonia que certos campos de ideias e discursos económicos experimentam, mesmo que apenas provisória e parcialmente, como já referido, relaciona-se com o modo como estes campos, constituindo-se em sistemas de produção, mobilizam léxicos e metodologias diversas, acedem a recursos, financeiros e outros, sustentam certos mecanismos de credenciação, influenciam o espaço mediático, ou estabelecem redes de colaboração institucional (A. S. Nunes, 1977). É por referência a esta dinâmica que a relação entre ideias económicas, discursos e políticas é considerada.

Outra dimensão constituinte daquela relação é a da porosidade de esferas, como a academia, jurisdições diversas da administração pública e privada, a nível nacional e internacional, ou meios de comunicação social. Na verdade, os economistas circulam frequentemente entre estas diferentes esferas, podendo ser académicos, mas também especialistas e/ou consultores em importantes organizações internacionais e nacionais, decisores políticos com atuação em diferentes jurisdições, como bancos centrais ou ministérios das finanças, membros de administração de grupos económicos e fazedores de opinião pública.

Vários autores têm procurado explicitar os processos que subjazem ao domínio de certas ideias (Blyth, 1997; Babb, 2007; Seabrooke, 2007; Béland e Cox, 2011; Gabor, 2011; Hay, 2011; Clift 2018). Da variedade de análises ressalta o acentuar de que as ideias económicas mais influentes parecem ser aquelas que, transpondo a esfera académica, mais contaminam a vida política e que oferecem uma grelha interpretativa dos problemas que se generalizam e um léxico comum (Blyth, 2007; Dewey, 2008 [1933]). É tendo esta

discussão como pano de fundo que se considera a circulação internacional de ideias económicas, perspetivando este movimento como parte integrante do processo de afirmação dessas ideias. A difusão e circulação internacional de ideias é multiforme: circulam ideias, atores, discursos, instituições (Fourcade, 2006). As ideias estão inscritas necessariamente em políticas, em programas, e influenciam, muitas vezes, a definição da agenda de instituições internacionais, como o FMI ou a CE, e nacionais, como os bancos centrais.

O movimento de ideias económicas está, no entanto, sujeito a um processo de incrustação institucional — as ideias circulam, difundem-se internacionalmente e são objeto de reinterpretação e de apropriação em locais diferentes (Campbell, 2002; Ban, 2013). Esta perspetiva, presente, em geral, em abordagens de autores influenciados pela corrente do institucionalismo, tem assinalado a enorme diversidade e heterogeneidade institucional que se constata em casos nacionais. Para Campbell (2002), por exemplo, as ideias são «institucionalizadas» no processo de circulação internacional, sendo transpostas para um nível que remete para as práticas nacionais e locais e para as instituições aí prevaletentes. A par de processos isomórficos em contextos de assimilação e de afirmação de jurisdições influentes, existe e persiste uma enorme variedade em função da diversidade das práticas nacionais e locais, da sua história e dos contextos institucionais. Nesta linha, Ban (2013) assinala mesmo a relevância de estudos de casos nacionais que não se inscrevam apenas no modelo de difusão do centro produtor de conhecimentos, o Norte, para a periferia e/ou semiperiferia, o Sul, mas que mostrem formas horizontais de difusão e circulação de ideias.

A relação entre o movimento de ideias económicas e os processos de hegemonia ideológica e de criação de consentimento em torno de certas políticas estabelece-se, frequentemente, por intermédio de mecanismos de causalidade circular cumulativa. Como nota Fourcade (2006), a difusão mais alargada de certas ideias e das formas materiais que lhe podem estar associadas — como dispositivos de apoio à tomada de decisão pública (vejam-se os exemplos da análise custo-benefício ou da avaliação de impacto ambiental) — constitui-se como fonte da sua própria legitimação e, por conseguinte, da sua crescente adoção e difusão.

4. Comunidades epistémicas

O entendimento sobre como é que certas coligações de ideias económicas, discursos e políticas se tornam dominantes e sobre os processos de reprodução institucional que lhes estão subjacentes tem dado ênfase a aspetos como

a circulação internacional de ideias e a sua natureza multiforme ou como a porosidade patente entre várias esferas de produção de conhecimento económico, já aqui referidos.

O conceito de *paradigmas de política* aponta para campos de ideias económicas a que correspondem certos entendimentos sobre o modo como a economia funciona e/ou deveria funcionar e para a influência que exercem na fixação de limites sobre o que se considera possível e/ou imaginável em termos de respostas de política (Campbell, 2002; Blyth, 2007, 2011; Clift, 2014). Já o conceito de *regimes de conhecimento* assinala os atores, as organizações ou as instituições determinantes na produção e disseminação de certas ideias — seja sob a forma de produção de informação, teorias, ou recomendações de política — com influência na tomada de decisão política (Campbell e Pedersen, 2011).

Por sua vez, o conceito de *comunidade epistémica* desloca o foco das ideias económicas para os atores e para as esferas em que circulam — a comunidade académica dos economistas, os especialistas e/ou técnicos de organizações internacionais, os decisores políticos, os jornalistas, ou os cidadãos —, entendendo-os como uma comunidade heterogénea, composta por atores diversos, que, no entanto, partilham uma determinada infraestrutura cognitiva e uma certa visão do mundo. Crenças, teorias, valores, certas formas de entender os problemas e de os representar, assim como dispositivos de apoio à tomada de decisão pública, farão parte desta visão do mundo que se entende como consensual entre os membros de uma determinada comunidade epistémica (Fourcade, 2006; Hirschman e Berman, 2014).

Nesta linha, alguns autores têm mesmo vindo a fazer referência ao neoliberalismo como uma comunidade epistémica, «“um pensamento coletivo”, que integra alguns economistas, mas também decisores políticos, empresários e outros atores influentes» (Mirowski e Plehwe, 2009 *apud* Hirschman e Berman, 2014: 784).

Além desta pulverização de conceitos⁹ e do que cada um conseguirá desvendar, ou, pelo contrário, tenderá a tornar invisível, sobressai a perspectiva comum de atender aos processos de hegemonia ideológica enquanto processos contestáveis e histórica e politicamente construídos (Béland e Cox, 2011; Clift, 2014).

⁹ Veja-se ainda o conceito de «coligação» ou «conluio de discurso» (Hajer, 2006; Gabor, 2011), que dá relevo ao poder hegemónico que certas narrativas de política podem assumir e como isso enforma as práticas institucionais ao nível de certos grupos ou organizações.

Não perdendo de vista o objetivo central deste capítulo de analisar a hipótese da coexistência de um crescente isomorfismo com a persistência de mecanismos produtores de diversidade, justificar-se-ia que se inquirisse sobre o modo como conceitos como o de *comunidade epistémica* respondem a este debate. Um primeiro aspeto a assinalar é que o conceito parece estar mais bem equipado para explicar os mecanismos que contribuem para que certas visões do mundo se tornem consensuais e hegemónicas, com uma atenção especial aos atores e processos institucionais, do que para dar conta da presença de uma pluralidade de formas de entender e representar o económico. É afinal aos processos de hegemonia ideológica que estes conceitos procuram responder. Conceitos como o de *comunidade epistémica* constituem-se, fundamentalmente, por referência a espaços de poder.

Reconhecendo que o universo das ideias económicas é hierárquico e que desta forma a produção de conhecimento e de discurso económico e a influência sobre o desenho de políticas se processam em condições muito desiguais e com uma capacidade de determinação da vida quotidiana muito diferenciada, a hipótese que avançámos foi que esta relação hegemónica é limitada.

Trata-se então de compreender como é que o conceito de *comunidade epistémica* pode ser expandido no sentido de integrar aquela relação entre diferentes coligações de ideias económicas, discursos e políticas. Três condições parecem surgir como necessárias.¹⁰

A primeira condição implica que se atenda à heterogeneidade e plasticidade da própria *comunidade epistémica*. Esta comunidade, que é heterogénea nos atores que a compõem, pode conter e ter de acomodar uma diversidade crescente nas ideias que integra e nos interesses que são percecionados como relevantes pelos próprios atores.

A segunda pressupõe que se considere a natureza das relações entre diferentes campos de ideias e discursos económicos, bem como a possibilidade de efeitos de retroatividade. Questões como as seguintes são críticas: Prevalerá uma relação de incomunicabilidade entre vários campos de ideias e discursos económicos? Até onde a existência de uma pluralidade de campos de ideias económicas intervém no processo de afirmação e de hegemonia de certas ideias? Como se expressam a divergência e a resistência de certos

¹⁰ A consideração destas condições fundamenta-se numa perspetiva informada pela corrente teórica do pragmatismo-institucionalismo, onde se destaca o contributo pioneiro de autores como John Dewey e Thorstein Veblen sobre a relação entre hábito, deliberação e linguagem (Dewey, 1930 [1922], 1958 [1929], 2008 [1933]; Johnson, 2014). Para uma apreciação mais ampla da corrente teórica do pragmatismo-institucionalismo, ver Costa e Caldas (2011).

campos num contexto de poder e de assimilação? Que influência se poderá deduzir da existência de vários campos de ideias e de discursos económicos na dinâmica de evolução de diferentes jurisdições, na sua afirmação, consolidação e expansão, ou no seu declínio, assimilação e resistência?

A terceira requer uma visão mais substantiva sobre as ideias e os discursos económicos e a natureza das políticas que influenciam. Significa isto que não podendo os vários campos de ideias ser confrontados com um «mundo real», que está em permanente transformação e em relação ao qual não são exteriores, só poderão ser comparados e confrontados com outros campos alternativos de ideias. Esta comparação não se estabelece, porém, de um modo abstrato, mas, sim, pela consideração das consequências que deles pode decorrer na ação. É por isso que esta avaliação implica uma visão substantiva sobre os processos e resultados económicos, bem como a abertura desta reflexão a atores diversos, inquirindo sobre as condições para uma participação efetiva no debate e sobre os limites da persuasão na formação de opinião pública,¹¹ com destaque para o papel das elites políticas, dos jornalistas e dos economistas enquanto especialistas, criando enfim condições para o reforço da democracia. Tratar-se-ia de perceber como esta visão substantiva e a abertura poderiam ter influência no próprio processo de produção de conhecimento económico para o qual contribuem os vários campos de ideias.

5. As relações centro-periferia: a ideia de «periferia intelectual»

Rejeitámos, nas secções anteriores, a tese de que as ideias económicas circulam de forma isomórfica, num processo de progressiva homogeneização do conhecimento. Propusemos, pelo contrário, a hipótese de que a Economia é um universo plural no qual ideias e práticas circulam por «afinidades eletivas», num processo onde campos diversos se vão estruturando hierarquicamente em centros, periferias e semiperiferias. É um processo cujas características importa esclarecer, desde logo, clarificando o significado dos termos «centro», «periferia» e «semiperiferia».

Estes termos são frequentemente usados para classificar as realidades económicas, políticas e intelectuais de países e regiões, mas o seu significado preciso nem sempre é devidamente explicitado (Gavroglu *et al.*, 2008). No entanto, esta perspetiva tem sido tratada com bastante profundidade

¹¹ Billig (1996 [1987]) e Boulding (1997 [1961], 2013 [1989]) são referências que merecem ser assinaladas sobre o uso da retórica e os limites da persuasão.

e amplitude em Portugal desde há muito (B. S. Santos, 1993), sendo também objeto de reflexões recentes (A. Santos e Reis, 2018).

Em geral, a generalização da distinção centro-periferia tem vindo a ser utilizada para expressar a ideia de uma diferenciação entre «um centro denso de atividade especialmente importante para o desempenho de um sistema como um todo e uma área mais dispersa que é fortemente influenciada pelo núcleo desse sistema, mas menos influente na determinação do seu desempenho geral» (Davis, 2019: 409).

De acordo com esta perspetiva, o centro e a periferia estariam ligados entre si por uma relação hierárquica, em que o centro domina a periferia e, ao mesmo tempo, determina o comportamento geral do todo, em grande medida independente do que acontece na periferia. É uma definição que, quando aplicada às disciplinas, como acontece no caso da Economia, pode ter uma leitura geográfica (e essa tem sido a perspetiva dominante nos estudos sobre os processos de circulação internacional das ideias económicas), mas que envolve também uma dimensão de poder.

Segundo Almodovar e Cardoso (1998) e Cardoso (2002), um país é periférico no mapa da ciência económica se ocupa uma posição permanente ou quase permanente de subordinação, nunca alcançando a linha da frente da criação de teorias económicas, ou aproximando-se desta apenas muito episodicamente.¹² As relações intelectuais entre o centro e a periferia, como sublinharam também Bastien e Cardoso (2003), são relações assimétricas em que a influência em sentido inverso, da periferia para o centro, raramente acontece.

Uma tal abordagem é útil, mas exige alguma elaboração. Desde logo, uma distinção que reduza as relações centro-periferia a dois polos tem de ser rejeitada. Bastien e Cardoso sugerem que alguns países se distinguirão pela «disposição para aceitar influências de ambos os lados, preservando um certo grau de autonomia e identidade» (2003: 39). Uma terceira categoria — semi-periferia — será assim necessária para dar conta das situações intermédias entre os dois extremos («centro» e «periferia»).

Apoiando-nos em Uskali Mäki (1996), podemos dizer que identificar um país como parte da periferia ou da semiperiferia intelectual do sistema mundial de produção de conhecimento, no âmbito da Economia, num determinado período de tempo, dependerá, em simultâneo: (i) da sua propensão

¹² Pressupõe-se aqui, evidentemente, uma universalidade das teorias económicas que é questionável.

para importar ideias; (ii) do desfasamento de tempo entre a adoção de ideias no país de origem e no país importador; (iii) do grau de modificação (apropriação) de ideias no país importador; (iv) da disposição do país em aceitar influências de ambos os lados; e (v) do seu grau de autonomia e identidade.

A classificação de um país como periférico ou semiperiférico não tem assim que ver, simplesmente, com o ser um importador ou exportador líquido de ideias. Interessa analisar em que medida o país se comporta como um «recetor ativo», isto é, analisar *como* o que foi recebido foi ativamente apropriado (Gavroglu *et al.*, 2008) e também a contribuição específica do país recetor e a sua capacidade para exercer influência no exterior (V. Neves, 2017). Termos como «transmissão», «difusão» ou «disseminação», uma vez que supõem uma assimilação passiva e a mera reprodução/emulação de ideias produzidas (e validadas) no centro, são claramente insuficientes, porque redutores, para dar conta da complexidade das relações intelectuais que se estabelecem entre diferentes espaços geográficos.

Na verdade, uma historiografia centrada na ideia de «apropriação», como a proposta por Gavroglu *et al.* (2008), embora represente um avanço face à ideia de transmissão, invisibiliza a consideração da possibilidade de desenvolvimento de linhas de investigação dotadas de alguma autonomia para responder a problemas «localmente» situados e de espaços de legitimação próprios nos países periféricos ou semiperiféricos.

Importa também ter em atenção que o centro e a periferia são realidades plurais. Por isso, justifica-se falar de «centros», «periferias» e «semiperiferias» (no plural). Estes são, de facto, espaços relacionais, redes (ideias, práticas) ligando múltiplos nós (pessoas, instituições), num processo largamente determinado pelas «afinidades eletivas» a que já se fez referência (afinidades relacionais, disposição para adotar ideias próximas, resistências).

As ideias têm, sem dúvida, uma dimensão espacial que importa ter em consideração. O «local» não é, na perspetiva que aqui se defende, uma mera manifestação de uma ciência universal (cf. Ophir e Shapin, 1991: 5). Mas a distinção centro-periferia (e os ajustamentos já referidos) é também, como enfatizaram Boumans e Davis (2010: 136–138) e Davis (2019, 2022), um importante instrumento analítico para pensar a própria organização da Economia contemporânea no plano da sua estruturação interna como disciplina, onde diversas heterodoxias periféricas — porque remetidas para as franjas da disciplina — se afirmam e resistem, nos planos ontológico, epistémico, teórico e metodológico. Englobemo-las, por conveniência, sob o chapéu comum de Economia Política, sabendo que ela contrasta com a abordagem dominante

(o centro). Esta última é, ela própria, complexa e heterogénea em termos teóricos (não se esgotando na ortodoxia neoclássica). Mas é metodologicamente monolítica.¹³ Aqui, a distinção centro-periferia deixa de ser geográfica para sublinhar a dimensão de poder no interior da disciplina. Como escreveu um dos autores deste texto (Reis, 2019: 32), «as comunidades de ideias podem ser elas próprias periféricas ou centrais, independentemente da geografia. Há perspectivas críticas no centro, nas periferias e envolvendo centros e periferias [definidos enquanto realidades geográficas], e há comunidades irreduzivelmente centrais, isto é, dominantes», mesmo nas periferias.

É neste quadro mais complexo, multipolar e multidimensional que o caso português deve ser analisado, tendo em vista uma mais clara identificação da posição que ocupa no contexto internacional da ciência económica.

6. O conhecimento económico numa periferia europeia: Portugal

Como classificar então o caso português? Antes do 25 de Abril de 1974 é manifesta a situação de subdesenvolvimento de Portugal no mapa internacional das ideias económicas. Até essa data, a produção científica na área da Economia é muito incipiente e os contactos internacionais dos economistas portugueses reduzidos (veja-se, neste livro, o Capítulo 3, de Carlos Bastien). Há, no entanto, exceções, como mostrou Reis (2019).

Na realidade, a formação em Economia como ciência e a profissão de economista só começam a ter significado em Portugal após a reforma curricular ocorrida em 1949 no então Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), à data a única escola de Economia no país.¹⁴ Até aí, as cadeiras de Economia tinham um peso relativamente reduzido no currículo dos cursos do ISCEF (predominando as cadeiras jurídicas, matemáticas, tecnológicas e contabilísticas, em detrimento da formação teórica) e as matérias lecionadas estavam desatualizadas, sem densidade teórica e enfatizavam sobretudo a descrição e considerações jurídicas e doutrinárias sobre a economia (Bastien e Cardoso, 2000).

Como escreveram Jacinto Nunes *et al.* (2016: 374), «o significado crucial da reforma de 1949 foi o de ter posicionado a ciência económica como elemento nuclear da estrutura curricular dos cursos do ISCEF», tornando

¹³ Um monolitismo que vai ao ponto de identificar a Economia com o que acontece no seu núcleo duro (o centro), rejeitando o que acontece na sua periferia como não fazendo verdadeiramente parte da ciência económica.

¹⁴ Recorde-se que Alfred Marshall tinha conseguido instituir um curso de Economia separado dos estudos de Filosofia Moral, em Cambridge (Reino Unido), em 1903 (quase meio século antes).

o ensino aí ministrado mais alinhado com os cânones internacionais da época.¹⁵ A ciência económica a que estes autores se referem é, no essencial, a que decorre da síntese neoclássica-keynesiana, que só a partir desta reforma começa a ter algum impacto no país. Aliás, o discurso neoclássico, sistematizado por Alfred Marshall nos seus *Principles of Economics* de 1890, dominante à época, era em Portugal largamente desconhecido.¹⁶

Em 1953 é criada uma segunda escola de Economia no país, a Faculdade de Economia do Porto, com um plano curricular assente prioritariamente nas áreas disciplinares da Economia, do Direito e da Matemática e com um perfil de formação híbrido, destinado à formação de técnicos, quer para a área empresarial, quer para a administração pública. A base teórica do curso é também a síntese neoclássica-keynesiana, similar à do ISCEF.

Podemos, assim, dizer que a Economia que se fazia no «centro» chega a Portugal com um significativo atraso. Ainda assim, alguns trabalhos de relevo vieram a lume ao longo dos anos 1950. Refira-se, a título de exemplo, o importante estudo de Francisco Pereira de Moura, Teixeira Pinto e Jacinto Nunes, *Estrutura da economia portuguesa*, publicado em 1954, e vários trabalhos publicados na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, em torno da qual um dinâmico grupo de jovens economistas¹⁷ se reuniu até ao fim desta revista e da sua substituição, em 1963, pela revista *Análise Social*, liderada por Adérito Sedas Nunes. Contudo, a produção científica em Economia no nosso país será muito reduzida neste período. Até aos anos 1960 são, aliás, muito poucos os autores dignos de menção no panorama da Economia em Portugal.

Três nomes merecem, em todo o caso, particular destaque pelo papel que desempenharam na emergência e consolidação de uma Economia moderna

¹⁵ A reforma de 1949 foi impulsionada por António Manuel Pinto Barbosa, que, desde 1946–47, vinha introduzindo profundas mudanças na regência da disciplina de «Economia Política. Legislação Industrial», com um ensino centrado na análise teórica e com recurso a uma linguagem diagramática e algébrica. Com a sua saída para o Ministério das Finanças, esta reforma seria em larga medida implementada pelos seus assistentes, Francisco Pereira de Moura, Manuel Jacinto Nunes e Luís Teixeira Pinto (M. J. Nunes *et al.*, 2016).

¹⁶ Mas não por Teixeira Ribeiro, cujas lições de Economia na Faculdade de Direito de Coimbra constituíam, desde pelo menos os primeiros anos de 1940, «um primeiro momento de inovação científica e pedagógica, designadamente ao evidenciarem uma clara aposta na autonomização do discurso económico-teórico e por assentarem em grande medida nas estruturas da teoria económica neoclássica» (Bastien e Cardoso, 2000: 84).

¹⁷ Citem-se os nomes de Pereira de Moura, Xavier Pintado, Raul da Silva Pereira, João Moura, Sedas Nunes, Manuela Silva, Mário Murteira, entre outros. Sobre a *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, ver Cardoso (2013).

em Portugal: J. J. Teixeira Ribeiro, um jurista com apetência para as questões económicas, professor na Faculdade de Direito de Coimbra desde meados dos anos 1930, a quem muito se deve o desenvolvimento dos estudos de Economia em Portugal;¹⁸ António Manuel Pinto Barbosa, o grande impulsionador da reforma de 1949 no ISCEF e autor de um importante texto — «A economia, do ponto de vista positivo e do ponto de vista teleológico» (Barbosa, 2006 [1943]) — considerado por José Luís Cardoso o «manifesto de cidadania da economia enquanto disciplina em Portugal» (Cardoso, 2006: 397); e Francisco Pereira de Moura, reconhecidamente considerado «o fundador da Economia moderna em Portugal» (Louçã, 1999: 361).

Os anos 1960 vão, entretanto, registar um significativo processo de consolidação do ensino da Economia e da profissão de economista em Portugal (veja-se, a este propósito, Gonçalves, 1998). Particularmente relevantes neste contexto são: (i) os manuais *Lições de Economia* e *Análise Económica da Conjuntura*, de Francisco Pereira de Moura, através dos quais sucessivas gerações de economistas portugueses tomaram contacto com um pensamento económico moderno; (ii) as necessidades de aprofundamento dos conhecimentos económicos que o processo de crescente abertura da economia portuguesa ao exterior (e a tomada de consciência da impreparação técnica dos negociadores envolvidos nos contactos com as instâncias internacionais) impuseram; e (iii) o envolvimento dos economistas na elaboração dos vários planos de fomento até ao 25 de Abril. Mas a produção científica continuará a ser relativamente reduzida, sendo evidente a natureza periférica e subalterna de Portugal no campo da produção de ideias em Economia.

A partir de 1974, tem lugar um profundo processo de expansão e transformação. Desde logo, registe-se o crescimento e a diversidade das formações oferecidas até ao início dos anos 1980, a que se segue um período (que se prolongará até ao presente) marcado pelo aparecimento de um número muito significativo de mestrados e doutoramentos e pelo crescente alinhamento da formação académica em Portugal com o cânone dominante (veja-se, neste livro, o Capítulo 6, da autoria de Costa, Marçal e Branco).

¹⁸ Sobre a ação pedagógica e o papel inovador de Teixeira Ribeiro e da Faculdade de Direito de Coimbra no ensino da Economia e nos estudos científicos nesta área nas décadas de 1930 e 1940, veja-se Castro (1978), Ribeiro (1993) e Jacinto Nunes *et al.* (2016). Refira-se que, para lá dos seus próprios trabalhos, Teixeira Ribeiro teve um papel da maior importância enquanto mentor na formação de Pinto Barbosa na área da Economia e no apoio à institucionalização da iniciativa de reforma curricular no ISCEF (J. C. Neves e Silva, 1999).

Merece também destaque o crescimento muito acentuado, a partir de meados da década de 1980, da produção científica na área da Economia e a crescente internacionalização dos economistas portugueses, que os dados apresentados no Capítulo 2 deste livro por Marçal *et al.* claramente mostram (designadamente com uma presença cada vez maior de autores portugueses em publicações e redes internacionais).

A análise dos debates ocorridos no país nos anos 1970 (depois da Revolução) e 1980 não deixa dúvidas quanto à maior familiarização dos economistas portugueses com a literatura produzida no «centro». Ela evidencia também, sem dúvida, uma integração cada vez mais significativa em redes segundo diferentes «afinidades eletivas», umas mais bem-sucedidas nos espaços académico e político do que outras, como os estudos de Ana Costa (2019), José Reis (2019) e João Rodrigues (2019), ou o texto de Rodrigues, Costa e Reis incluído neste livro — Capítulo 4 — bem demonstram.

Mas poderá a expansão da produção científica na área da Economia e a crescente internacionalização dos economistas portugueses ser lida como uma diluição do carácter periférico da Economia que se faz em Portugal, como manifestação de uma maior «centralidade» dos economistas portugueses?

Vimos anteriormente que o grau de periferização de um país ou região tem muito que ver com a sua posição como importador ou exportador líquido de ideias, mas também, e sobretudo, com a sua capacidade de apropriação ativa de ideias, a sua capacidade para desenvolver linhas de investigação dotadas de alguma autonomia para responder a problemas «localmente» situados, do seu grau de autonomia e identidade e da sua capacidade para exercer influência no exterior, incluindo a sua capacidade para influenciar ou não o desempenho geral do sistema como um todo.

O que nos diz a experiência portuguesa nesta matéria? Para esclarecer a questão, considerem-se dois subperíodos: um primeiro subperíodo que, sem grandes preocupações de precisão temporal, situaremos entre 1974 e 1999; e o subperíodo seguinte, de 2000 até ao presente.

A viragem do milénio trouxe, de facto, muitas mudanças. A escolha do ano de 1999 reflete aqui, simbolicamente, a mudança trazida pela publicação, nesse ano, do último número da revista *Estudos de Economia*, uma revista do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), para dar lugar à publicação de uma nova revista, a *Portuguese Economic Journal*, cujo primeiro número foi publicado em abril de 2002. O propósito desta nova revista era, como se

afirmava em nota editorial no 1.º número da revista, «construir uma revista de investigação internacional, com edição a partir de Portugal».¹⁹

A escolha de um título em inglês reflete a preocupação com a necessidade de internacionalização dos economistas portugueses²⁰, mas a substituição de uma revista pela outra representa mais do que isso. Indicia uma mudança profunda no tipo de investigação que se queria fazer.

A investigação em Economia nas duas décadas após o 25 de Abril de 1974, como o texto de Rodrigues, Costa e Reis incluído neste volume bem ilustra, é marcada pela centralidade dos problemas suscitados pela necessidade de intervenção na economia portuguesa. É neste contexto que tem de ser entendido o enfoque posto nas questões da política industrial, do planeamento e, em geral, do desenvolvimento do país e a importância dada ao estruturalismo e ao pensamento desenvolvimentista, como fundamento teórico da análise, por parte dos economistas a trabalhar na órbita do GEBEI, ou a atenção dada, no âmbito da chamada «Nova Economia», às questões suscitadas pela gestão macroeconómica de uma «pequena economia aberta» a partir de uma perspetiva neoclássica, nomeadamente a preocupação com a correção dos desequilíbrios externos e da balança de pagamentos, o que exigia uma atenção especial às políticas monetária e cambial.

O que sobressai dos debates então travados é, sem dúvida, e num grau muito mais elevado do que o que acontece nos países do «centro», designadamente nos EUA, o forte entrelaçamento da investigação económica com a política — com uma importância muito significativa atribuída à intervenção no debate público e na política económica, quando não mesmo à ocupação de pastas ministeriais.

A preocupação central não é a produção de novas teorias económicas, mas a mobilização dos recursos teóricos e metodológicos considerados mais adequados para lidar com os problemas económicos e sociais para os quais a atenção dos economistas se dirigia prioritariamente. Se, no caso dos economistas do GEBEI, o traço dominante é o ecletismo assente no recurso a todos os instrumentos e modelos de análise teórica suscetíveis de responder à necessidade de prosseguir objetivos de desenvolvimento do país (o que encontra paralelismo com a experiência da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* nos anos 1950), no caso dos economistas da «Nova Economia»,

¹⁹ «Editors' note», *Portuguese Economic Journal*, 1, 1 (2002). <https://doi.org/10.1007/s10258-002-0005-0>.

²⁰ O fim da publicação da importante revista *Economia*, a partir de 2003, reflete também a crescente preocupação com a vontade de publicar em revistas indexadas internacionalmente.

dominam os princípios e modelos de análise neoclássicos importados das universidades norte-americanas em que muitos desses economistas fizeram a sua formação.

Num caso ou no outro, não parece que tenha havido o desenvolvimento de qualquer pensamento verdadeiramente autónomo (ou que se possa falar de uma identidade própria do pensamento económico português), e muito menos que daí tenha decorrido qualquer capacidade para exercer influência no exterior ou para influenciar o desempenho geral do sistema como um todo. A condição subalterna do pensamento económico português permanece.

No subperíodo seguinte (2000 até ao presente), a produção científica em Economia em Portugal é marcada pelo crescimento muito significativo das publicações internacionais dos economistas portugueses, cada vez menos orientadas para o estudo da economia portuguesa. A preocupação parece ser agora a utilização de modelos económicos formais para analisar problemas também eles próprios muitas vezes meramente formais e capazes de suscitar a aceitação de *referees* internacionais, pouco interessados nas especificidades da economia portuguesa. Poder-se-ia pensar que tal traduziria a inserção numa profissão cada vez mais global, onde a distinção centro-periferia faria cada vez menos sentido. Não cremos que assim seja. A relação entre os economistas portugueses e os centros dominantes no estrangeiro continua a ser assimétrica. Não se conhece, além disso, nenhuma área de produção teórica ou de inovação metodológica onde o contributo específico de autores portugueses se tenha revelado marcante no panorama internacional. Finalmente, ao desvincular-se do estudo da realidade substantiva e das especificidades próprias da economia portuguesa, as possibilidades de afirmação de uma escola própria de Economia em Portugal ficam certamente reduzidas.

Tal não significa, no entanto, que o conhecimento económico produzido em Portugal seja irrelevante. São muitos e diversos os contributos de economistas portugueses que importa conhecer e aprofundar. Destaquem-se, a mero título de exemplo, autores como Francisco Pereira de Moura, João Cravinho, Mário Murteira, Armando Castro, António Simões Lopes ou Manuela Silva. A obra desta última, a primeira mulher a licenciarse em Economia, em 1954, e que deu um contributo essencial para o desenvolvimento de uma abordagem humanista da Economia, é, como mostra o texto de Vítor Neves incluído neste livro (Capítulo 5), uma excelente ilustração da referida relevância.

Referências bibliográficas

- Aglietta, Michel (1976), *Régulation et Crises du Capitalisme*. Paris: Calmann-Lévy.
- Aglietta, Michel (coord.) (2019), *Capitalisme: Le temps des ruptures*. Paris: Odile Jacob.
- Almodovar, António; Cardoso, J. Luís (1998), *A History of Portuguese Economic Thought*. Londres; Nova Iorque: Routledge.
- Babb, Sarah (2007), «Embeddedness, Inflation, and International Regimes: The IMF in the Early Postwar Period», *American Journal of Sociology*, 113(1): 128–164. <https://doi.org/10.1086/517896>.
- Ban, Cornel (2013), «Translating the IMF: Crisis, Aperture and the Fund’s Teaching Institutes», *GECI Working Paper 1*, August.
- Barbosa, A. M. P. (2006 [1943]), «A economia, do ponto de vista positivo e do ponto de vista teleológico», in J. L. Cardoso (org.), *Portugal como problema. A economia como solução: 1821–1974, Da Revolução Liberal à Revolução Democrática*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 400–416.
- Bastien, Carlos; Cardoso, J. Luís (2000), «Pinto Barbosa: Arejar o ensino da Economia», *Economia Pura*, 21: 84–87. https://www.academia.edu/10846231/Pinto_Barbosa_Arejar_o_ensino_da_economia.
- Bastien, Carlos; Cardoso, J. Luís (2003), «Structuralism and Development Economics in the European Semi-Periphery: the case of Portugal», *Notas Económicas*, 17: 36–51. <https://digitalis-dsp.sib.uc.pt/handle/10316.2/24972>.
- Becker, Gary (1968), «Crime and Punishment: An Economic Approach», *Journal of Political Economy*, 76(2): 169–217. <https://doi.org/10.1086/259394>.
- Becker, Gary (1976), *The Economic Approach to Human Behavior*. Londres; Chicago: The University of Chicago Press.
- Becker, Gary (1991), *A Treatise on the Family*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Becker, Gary (1996), *Accounting for Tastes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Béland, Daniel; Cox, Robert H. (2011), *Ideas and Politics in Social Science Research*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Billig, Michael (1996 [1987]), *Arguing and Thinking. A Rhetorical Approach to Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blyth, Mark (1997), «“Any More Bright Ideas?” The Ideational Turn of Comparative Political Economy», *Comparative Politics*, 29(2): 229–250. <https://doi.org/10.2307/422082>.
- Blyth, Mark (2007), «Powering, Puzzling, or Persuading? The Mechanisms of Building Institutional Orders», *International Studies Quarterly*, 51(4): 761–777. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2007.00475.x>.
- Blyth, Mark (2011), «Ideas, Uncertainty, and Evolution», in Daniel Béland e Robert Henry Cox (orgs.), *Ideas and Politics in Social Science Research*. Nova Iorque: Oxford University Press, 83–101.

- Boulding, Kenneth (1997 [1961]), *The Image*. Ann Arbor, MI: The University of Michigan Press.
- Boulding, Kenneth (2013 [1989]), «The Pathologies of Persuasion», in S. Bowles, R. Edwards e W. G. Shepherd (orgs.), *Unconventional Wisdom — Essays in Honor of John Kenneth Galbraith*. Boston: Houghton Mifflin, 3–19.
- Boumans, Marcel; Davis, John (2010), *Economic Methodology: Understanding Economics as a Science*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Bourdieu, Pierre (1981), «La représentation politique. Éléments pour une théorie du champ politique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 36–37: 3–24. <https://doi.org/10.3406/arss.1981.2105>.
- Boyer, Robert (2015), *Économie Politique des Capitalismes: théorie de la régulation et des crises*. Paris: La Découverte.
- Boyer, Robert (2017), «Development and *régulation* theory», in Erik S. Reinert, Jayati Ghosh e Rainer Kattel (orgs.), *Handbook of Alternative Theories of Economic Development*. Cheltenham; Northampton, MA: Edward Elgar, 352–385.
- Boyer, Robert; Mistral, Jacques (1978), *Accumulation, Inflation, Crises*. Paris: PUF.
- Buchanan, James; Tullock, Gordon (1999 [1962]), *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy* (The Collected Works of James M. Buchanan). Indianapolis, IN: Liberty Fund [3.^a ed.].
- Campbell, John L. (2002), «Ideas, Politics, and Public Policy», *Annual Review of Sociology*, 28: 21–38. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.28.110601.141111>.
- Campbell, John L.; Ove Pedersen (2011) «Knowledge Regimes and Comparative Political Economy», in Daniel Béland e Robert Henry Cox (orgs.), *Ideas and Politics in Social Science Research*. Nova Iorque: Oxford University Press, 167–190.
- Cardoso, J. Luís (2002), «The history of economic thought in Spain and Portugal: a brief survey», *History of Political Economy*, 34: 137–147. https://doi.org/10.1215/00182702-34-Suppl_1-137.
- Cardoso, J. Luís (2006), «O ponto de vista da ciência económica», in J. Luís Cardoso (org.), *Portugal como problema. A economia como solução: 1821–1974, Da Revolução Liberal à Revolução Democrática*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 397–400.
- Cardoso, J. Luís (2013), «O Gabinete de Estudos Corporativos (1949–1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais», *Análise Social*, 206, XLVIII (1.^o): 193–219. <http://hdl.handle.net/10451/23001>.
- Castro, Armando (1978), «O ensino da ciência económica na segunda metade dos anos trinta e a acção pedagógica do Professor Doutor Teixeira Ribeiro», in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor J. J. Teixeira Ribeiro (vol. 1)*. Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Número Especial): 245–253.
- Chang, Ruth (1997), *Incommensurability, Incomparability, and Practical Reason*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Clift, Ben (2014), *Comparative Political Economy: States, Markets and Global Capitalism*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Clift, Ben (2018), *The IMF and the Politics of Austerity in the Wake of the Global Financial Crisis*. Oxford: Oxford University Press.
- Coase, Ronald (1978), «Economics and Contiguous Disciplines», *The Journal of Legal Studies*, 7(2): 201–211. <https://doi.org/10.1086/467590>.
- Costa, Ana (2008), *A Dificuldade da Escolha. Ação e Mudança Institucional*. Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL, Lisboa.
- Costa, Ana (2019), «O Banco de Portugal e a disseminação de ideias económicas», in Vítor Neves e José Reis (coords.), *A Ciência Económica em Portugal. Discursos, Protagonistas e Instituições Recentes*. Coimbra: Almedina, 99–138.
- Costa, Ana; Caldas, J. Castro (2011), «Claiming choice for institutional economics», *Journal of Economic Issues*, XLV(3): 665–684. <https://doi.org/10.2753/JEI0021-3624450308>.
- Davis, John (2019), «Economics and economic methodology in a core-periphery economic world», *Brazilian Journal of Political Economy*, 39(3): 408–426. <https://doi.org/10.1590/0101-35172019-3004>.
- Davis, John (2022), «Economics imperialism and economic imperialism: Two sides of the same coin». [manuscrito não publicado].
- Dewey, John (1930 [1922]), *Human Nature and Conduct. An Introduction to Social Psychology*. Nova Iorque: The Modern Library.
- Dewey, John (1958 [1929]), *Experience and Nature*. Nova Iorque: Dover Publications.
- Dewey, John (2008 [1933]), *John Dewey, The Later Works, 1925–1953: Essays and How we Think [Volume 8; Revised Edition]* in Jo Ann Boydston (org.). Carbondale, IL: Southern Illinois University Press.
- Dow, Sheila (2019), «Pluralist economics: Is it scientific?», in Samuel Decker, Wolfram Elsner e Svenja Flechtner (orgs.), *Advancing Pluralism in Teaching Economics: International Perspectives on a Textbook Science*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 13–30.
- Downs, Anthony (1957), *An Economic Theory of Democracy*. Nova Iorque: Harper.
- Fine, Ben (2000), «Economics Imperialism and Intellectual Progress: The Present as History of Economic Thought?», *History of Economics Review*, 32(1): 10–35. <https://doi.org/10.1080/10370196.2000.11733338>.
- Fourcade, Marion (2006), «The Construction of a Global Profession: The Transnationalization of Economics», *American Journal of Sociology*, 112(1): 145–194. <https://doi.org/10.1086/502693>.
- Fourcade, Marion (2018), «Economics: the view from below», *Swiss Journal of Economics and Statistics*, 154(5): 1–9. <https://doi.org/10.1186/s41937-017-0019-2>.
- Gabor, Daniela (2011), *Central Banking and Financialization. A Romanian Account of how Eastern Europe became Subprime*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Gavroglu, Kostas *et al.* (2008), «Science and Technology in the European Periphery: Some Historiographical Reflections», *History of Science*, 46(2): 153–175. <https://doi.org/10.1177/007327530804600202>.
- Gonçalves, Carlos (1998), *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, FLUP, Porto.
- Hajer, Maarten A. (2006), «Doing Discourse Analysis: coalitions, practices and meanings», in Margo van den Brink e Tamara Metz (orgs.), *Words matter in policy and planning*. Utrecht: Netherlands Geographical Studies.
- Hay, Colin (2011), «Ideas and the Construction of Interests», in Daniel Béland e Robert Henry Cox (orgs.), *Ideas and Politics in Social Science Research*. Nova Iorque: Oxford University Press, 65–83.
- Hirschman, Daniel; Berman, Elizabeth Popp (2014), «Do economists make policies? On the political effects of economics», *Socio-Economic Review*, 12(4): 779–811. <https://doi.org/10.1093/ser/mwu017>.
- Johnson, Mark (2014), «Experiencing Language: What’s Missing in Linguistic Pragmatism?» *European Journal of Pragmatism and American Philosophy*, VI(2): 14–27. <https://doi.org/10.4000/ejpap.284>.
- Louçã, Francisco (1999), «Francisco Pereira de Moura, (1925–1998): The Founder of Modern Economics in Portugal», *The American Journal of Economics and Sociology*, 58(2): 361–364. <https://doi.org/10.1111/j.1536-7150.1998.tb03477.x>.
- Kuhn, Thomas S. (1970), *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Mäki, Uskali (1996), «Economic Thought on the Outskirts: Toward a Historiographical Framework for Studying Intellectual Peripheries», *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 14: 307–323.
- Mäki, Uskali (2001), «The way the world works (www): Towards an ontology of theory choice», in Uskali Mäki (org.), *The economic world view: Studies in the ontology of economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 369–389.
- Mäki, Uskali (2009), «Economics Imperialism: Concept and Constraints», *Philosophy of the Social Sciences*, 39(3): 351–380. <https://doi.org/10.1177/0048393108319023>.
- Neves, J. César; Silva, Francisco Azevedo (1999), *António Manuel Pinto Barbosa: uma biografia económica*. Lisboa: Verbo.
- Neves, Vítor (2017), «The internationalization of economic ideas. A search for connecting principles», *Iberian Journal of the History of Economic Thought*, 4(1): 63–73. <https://doi.org/10.5209/IJHE.56516>.
- North, Douglass (1990), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Nunes, A. Sedas (1977), *Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais*. Oeiras: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.
- Nunes, M. Jacinto; Cardoso, J. Luís; Porto, M. Lopes (2016), «Elementos para a história do ensino universitário de Economia e Finanças (1911–1974)», *Boletim de Ciências Económicas*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, LIX: 329–391. https://www.uc.pt/site/assets/files/639948/2016_liv.pdf.
- Olson, Mancur (1965), *The Logic of Collective Action*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ophir, Adi; Shapin, Steven (1991), «The place of knowledge: A methodological survey», *Science in Context*, 4(1): 3–21. <https://doi.org/10.1017/S0269889700000132>.
- Reis, José (2018), *A Economia Portuguesa: Formas de economia política numa periferia persistente (1960–2017)*. Coimbra: Almedina.
- Reis, José (2019), «O GEBEI: Um pensamento económico estruturado na periferia da Europa», in Vítor Neves e José Reis (coords.), *A Ciência Económica em Portugal: Uma História Recente*. Coimbra: Almedina, 21–59.
- Ribeiro, J. J. Teixeira (1993), «A Faculdade de Direito de Coimbra na renovação do ensino e do estudo da Economia», *Boletim de Ciências Económicas*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, XXXVI: 247–260.
- Richardson, Henry S. (1997), *Practical Reasoning about Final Ends*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rodrigues, João (2019), «Novas Economias em Portugal: os economistas Pinto Barbosa», in Vítor Neves e José Reis (coords.), *A Ciência Económica em Portugal: Uma História Recente*. Coimbra: Almedina, 61–97.
- Rodrigues, João (2022), *O Neoliberalismo não é um slogan*. Lisboa: Tinta da China.
- Santos, Ana; Reis, José (2018), «Portugal: uma semiperiferia reconfigurada», *e-cadernos CES*, 29: 57–76. <https://doi.org/10.4000/eces.3163>.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (1993), *Portugal: Um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- Seabrooke, Leonard (2007), «The Everyday Social Sources of Economic Crises: From “Great Frustrations” to “Great Revelations” in Interwar Britain», *International Studies Quarterly*, 51(4): 795–810. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2007.00477.x>.
- Souter, Ralph William (1933), *Prolegomena to Relativity Economics*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Stigler, George (1984), «Economics-The Imperial Science?», *Scandinavian Journal of Economics*, 86(3): 301–313. <https://doi.org/10.2307/3439864>.
- Veblen, Thorstein (1909), «The limitations of marginal utility», *Journal of Political Economy*, 17(9): 620–636. <https://doi.org/10.1086/251614>.